



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA-GERAL**

PROCESSO: 58/2017-e

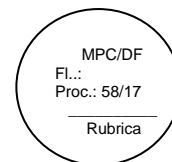
PARECER Nº 0842/2017-CF

EMENTA: Análise do Edital do Pregão Eletrônico nº 103/2016 – SCG/SEPLAG. Contratação de Solução Integrada, Parametrizável e Customizada de Tecnologia da Informação – TI para suporte às atividades inerentes à Gestão de Pessoas no âmbito do Governo do Distrito Federal. Decisão nº 30/2017: suspensão cautelar do certame; e apresentação de justificativas ou ajustes no edital. Representações de três empresas privadas. Decisão nº 2.950/2017: improcedência de uma, parcial procedência e procedência das demais, cujos pleitos foram equacionados na atual versão do edital; e prosseguimento do certame. Nova representação de empresa privada em razão de possíveis irregularidades no item 2.4 e subitens 2.4.1 e 2.4.1.1 do edital em exame relativas à participação de empresas declaradas inidôneas, suspensas de licitar ou contratar e temporariamente suspensas de participar de licitação ou contratar com a Administração. Suspensão cautelar. Atual fase processual: mérito da representação. Potencial risco de comprometimento da gestão contratual. Interesse público. Princípios da moralidade e eficiência. Instrução pela improcedência da representação e prosseguimento do certame. Pedido de vista. Recente jurisprudência do STJ. Abrangência da penalidade prevista no art. 87, III, da Lei n. 8.666/1993. Extensão a toda Administração Pública. Improcedência da representação.

Abordam os autos a análise do Edital de Pregão Eletrônico nº 103/2016, lançado pela Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão – SEPLAG, em especial sobre os requisitos técnicos estabelecidos no termo de referência para a contratação de Solução Integrada, Parametrizável e Customizada de Tecnologia da Informação (TI) para suporte às atividades inerentes à Gestão de Pessoas no âmbito do Governo do Distrito Federal, de acordo com as especificações constantes no termo de referência e anexos que integram este Edital.

2. Inicialmente, a Corte suspendeu cautelarmente o certame, para que a jurisdicionada apresentasse justificativas acerca de diversos pontos do edital, tidos por irregulares, ou então adotasse as providências para efetuar os ajustes necessários no edital.

3. Foram ofertadas representações por empresas privadas, cujo mérito foi objeto da Decisão nº 2.950/2017, que também autorizou o prosseguimento do certame e o arquivamento dos autos:



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA-GERAL**

O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I [...]; II – considerar: a) cumpridas as determinações dispostas no item III da Decisão TCDF nº 30/2017; b) parcialmente procedente a representação interposta pelo Instituto Brasileiro de Educação e Gestão Ambiental – IBEG, quanto à exigência de atestado técnico e ausência de previsão editalícia de fornecimento de código-fonte, ressaltando que os pleitos da representante encontram-se contemplados na nova versão do Edital do Pregão Eletrônico nº 103/2016 – SCG/SEPLAG; c) procedente a representação da INTELIT Processos Inteligentes Ltda. sublinhando que o pleito da representante encontra-se equacionado na versão atual do certame; d) improcedente a representação da OSM Consultoria e Sistemas Ltda.; III autorizar: a) o prosseguimento do procedimento licitatório; b) o arquivamento do processo em apreço, sem prejuízo de futuras averiguações.

4. A empresa INDRA BRASIL SOLUÇÕES E SERVIÇOS TECNOLÓGICOS S.A., CNPJ 01.645.738/0001-79, apresentou representação à Corte contra o item 2.4 e subitens 2.4.1 e 2.4.1.1 do Edital do Pregão Eletrônico nº 103/2016 – SCG/SEPLAG/GDF:

2.4. Não poderão concorrer direta ou indiretamente nesta licitação ou participar do contrato dela decorrente:

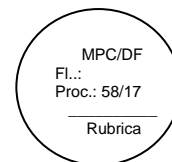
*2.4.1. Empresas em processo de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, concordata, insolvência, concurso de credores, dissolução ou liquidação; **empresas declaradas inidôneas pela Administração Pública, direta ou indireta, Federal, Estadual, Municipal e Distrital; empresas suspensas de licitar ou contratar com esses mesmos entes federativos** (Parecer nº 202/2011 – PROCAD/PGDF e Parecer n.º 1.506/2012-PROCAD/PGDF).*

*2.4.1.1. **Empresas que estejam temporariamente suspensas de participar de licitação ou de contratar com a Administração, em qualquer órgão ou entidade, seja federal, estadual, distrital ou municipal, da Administração Pública direta ou indireta.** (Parecer nº 202/2011 – PROCAD/PGDF). (grifou-se)*

5. A representante registrou que se encontra suspensa de licitar com o BNDES, conforme aviso de penalidade publicado no D.O.U, Seção 3, nº 31, de 17/02/2016:

"(...) O BNDES informa que, em 02/02/2016, o Sr. Diretor da Área de Administração proferiu decisão no Processo Administrativo Punitivo nº 003/2015, a qual manteve o julgamento realizado pelo Sr. Superintendente desta mesma Área, no sentido de aplicar à INDRA BRASIL SOLUÇÕES E SERVIÇOS TECNOLÓGICOS S.A. as penalidades de MULTA, no montante de R\$ 3.381.134,06 (três milhões, trezentos e oitenta e um mil, cento e trinta e quatro reais e seis centavos), e SUSPENSÃO do direito de contratar com o BNDES pelo prazo de 2 (dois) anos(...)" (Grifou-se)

6. Tal penalidade, no entendimento da empresa, possuiria efeito restrito, pelo lapso temporal de dois anos, ao BNDES, o que **não** a impediria de



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA-GERAL**

celebrar contratos com a administração direta ou indireta federal ou de qualquer outro ente federativo, com esteio nos arts. 87 e 88, da Lei nº 8.666/93, bem como em jurisprudência do TJDF¹.

7. A pregoeira e a SEPLAG/DF se respaldaram em pareceres da PGDF², cujos entendimentos estão alinhados ao do STJ, no sentido de que a suspensão prevista no art. 87, inciso III, da Lei nº 8.666/93 “*possui abrangência nacional, não se restringindo somente ao órgão licitante*”, bem como em recente Acórdão do STJ:

11. Registre-se que o entendimento firmado pelo Superior Tribunal de Justiça, que embasa a orientação da Procuradoria-Geral do Distrito Federal aos órgãos da Administração Pública Distrital, remanesce firme, consoante ementa de julgado desse ano de 2017 a seguir transcrita:

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DE PARTICIPAR DE LICITAÇÃO E IMPEDIMENTO DE CONTRATAR. ALCANCE DA PENALIDADE. TODA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.

1. Conforme estabelecido pelo Plenário do STJ, “aos recursos interpostos com fundamento no CPC/1973 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016) devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas até então pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça” (Enunciado Administrativo n. 2).
2. De acordo com a jurisprudência do STJ, a penalidade prevista no art. 87, III, da Lei n. 8.666/1993 não produz efeitos apenas em relação ao ente federativo sancionador, mas alcança toda a Administração Pública (MS 19.657/DF, rel. Ministra ELIANA CALMON, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 14/08/2013, DJe 23/08/2013).
3. Agravo desprovido.
(AgInt no REsp 1382362 / PR - Relator Ministro GURGEL DE FARIA (1160) - Órgão julgador: T1 - PRIMEIRA TURMA - DJe 31/03/2017).

12. Alinhando-se ao entendimento firmado pelo Superior Tribunal de Justiça, reiterado depois da consolidação da matéria no âmbito do Tribunal de Contas da União, a Procuradoria-Geral do Distrito Federal privilegia o princípio da moralidade administrativa, evitando que o Estado arrisque-se a arcar com as consequências de aceitar a participação em licitação e a contratação de empresas sabidamente faltosas.

13. Ante o exposto, entende-se, s.m.j, que não houve alteração de entendimento da Procuradoria-Geral do Distrito Federal sobre a matéria e, assim, apesar de a penalidade aplicada à empresa ter sido restrita ao BNDES em um primeiro momento, seus efeitos são estendíveis a todos os órgãos e entes da Administração Pública.

8. O Núcleo de Fiscalização de Tecnologia da Informação – NFTI, inicialmente, ressaltou que a Corte, não obstante a sugestão do CT, em consonância com o MPC – Pareceres nºs 734/2015-MF e 658/2016-MF, “*no sentido de que, à luz do posicionamento prevalente do Poder Judiciário (STJ), as sanções de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, prevista no inciso III do art. 87 da Lei nº 8.666/1993; de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, prevista no inciso IV do art. 87 da Lei nº 8.666/1993; e de impedimento de licitar e contratar, prevista no art. 7º da Lei nº 10.520/2002, operam seus efeitos em âmbito geral, alcançando a União, os Estados, o*

¹ Acórdão nº773125, 20130020275975AGI, Relator: Alfeu Machado, 1ª Turma Cível, Data de julgamento: 26.03.2014, publicado no DJE: 03.04.2014.

² Pareceres nº 273/2015, 564/2014, 784/2016 e 271/2016.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA-GERAL**

Distrito Federal e os Municípios”, no Processo nº 6.138/2015³, deliberou – Decisão nº 527/2017, de 17.02.2017:

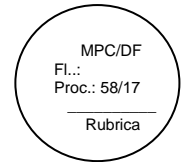
O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, com o qual concorda o Revisor, Conselheiro PAULO TADEU, decidiu: I – [...]; II – [...]; III – ter por despicienda a edição por esta Corte de Contas de orientação ou entendimento em relação às disposições do art. 87, incisos III e IV da Lei n.º 8.666/1993, uma vez que a matéria encontra-se regulamentada no âmbito do Decreto distrital n.º 26.851/2006 e guarda consonância com entendimento adotado por esta Corte de Contas nas Decisões n.ºs 2.352/2011 (Processo n.º 8.700/2006), 2.616/2012 (Processo n.º 10.809/2009) e 5.862/2014 (Processo n.º 28.734/2012), com a jurisprudência sedimentada no TCU, bem como com a corrente majoritária da doutrina, e em face de tramitar no Congresso Nacional o Projeto de Lei do Senado n.º 559/2013, buscando consolidar e normatizar o novo Estatuto de Licitações e Contratações Públicas do Brasil; IV – [...].

9. No entanto, considerando os motivos ensejadores da penalidade imposta pelo BNDES, *“tais como: atrasos na implantação da solução, descumprimento dos níveis mínimos estabelecidos, e, principalmente, o não atendimento de requisitos funcionais, são afetados aos macroprocessos relacionados a área de recursos humanos a serem contratados por meio do certame conduzido pela SEPLAG”*, ressaltou que *“a Administração Distrital não pode incorrer em potencial risco na implantação do novo sistema de gestão de recursos humanos, sob pena de arcar com vultosos prejuízos operacionais e financeiros”* e que *“os efeitos extensivos a todos os órgãos e entes públicos de eventual sanção administrativa é uma medida que visa preservar o interesse público e resguardar os princípios da moralidade e da eficiência, insculpidos no art. 37 da Carta Magna”*. E concluiu:

31. Esses elementos, apreciados em seu conjunto, apontam para a manutenção das cláusulas editalícias, as quais expressam o impedimento de participação de empresas que tenham recebido a penalidade de suspensão temporária de participar de licitação ou contratar com a Administração, nos termos propostos nos itens 2.4, 2.4.1 e 2.4.1.1 do Edital do Pregão Eletrônico nº 103/2016.

32. Diante do exame realizado, considera-se atendida a diligência ordenada por meio do item III da Decisão TCDF nº 3585/2017 e improcedente a representação apresentada pela empresa Indra Brasil Soluções e Serviços Tecnológicos S.A, considerando o interesse público envolvido, o potencial risco de comprometimento da gestão contratual, consoante dispõe o art. 13 da IN 04/2014-SLTI-MPOG, e os

³Estudos especiais acerca da interpretação do âmbito de incidência das sanções de suspensão temporária e declaração de inidoneidade, prevista nos incisos III e IV do art. 87 da Lei n.º 8.666/1993, bem como da pena de impedimento, prevista no art. 7º da Lei n.º 10.520/2002



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA-GERAL

princípios da moralidade e da eficiência, insculpidos no art. 37 da Carta Magna.

10. Finalizando, sugeriu ao e. Tribunal:

I. tome conhecimento:

a. dos documentos juntados pela representante (edoc's nºs EB150029 e nº 38D1F5E1);

b. do Ofício SEI-GDF nº 916/2017 (edoc nº FB8BBDA);

II. considere:

a. atendida a diligência ordenada por meio do item III da Decisão TCDF nº 3585/2017;

b. improcedente à representação interposta pelas empresa Indra Brasil Soluções e Serviços Tecnológicos S.A, considerando o interesse público envolvido, o potencial risco de comprometimento da gestão contratual, consoante dispõe o art. 13 da IN 04/2014-SLTI-MPOG, e os princípios da moralidade e da eficiência, insculpidos no art. 37 da Carta Magna;

III. autorizar:

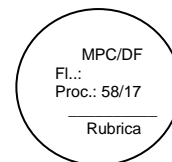
a. o prosseguimento do Edital do Pregão Eletrônico nº 103/2016 – SCG/SEPLAG, mantendo-se a redação dos itens 2.4, 2.4.1 e 2.4.1.1;

b. o arquivamento do presente processo, sem prejuízo de futuras verificações.

11. Os autos foram incluídos para deliberação na SO nº 4983, de 5.09.2017, oportunidade em que o i. Conselheiro Renato Rainha manifestou preocupação, trazendo o tema para reflexão, quanto ao teor contido nos parágrafos 26/27 da instrução, com dúvida acerca da possibilidade de a Administração fazer constar do edital restrições à participação de licitantes sancionadas nos termos dos inciso III do art. 87 da Lei nº 8.666/93:

26. No entanto, há que se ressaltar os motivos que levaram a representante a ser suspensa pelo BNDES, cujo objeto contratual se referia a serviços técnicos especializados em implantação de aplicativo, com o objetivo de apoiar macroprocessos em diversas áreas, inclusive de recursos humanos, vejamos:

27. Percebe-se que as irregularidades que ensejaram a aplicação da sanção pelo ente federal, tais como: atrasos na implantação da solução, descumprimento dos níveis mínimos estabelecidos, e, principalmente, o não atendimento de requisitos funcionais, são afetas aos macroprocessos relacionados a área de recursos humanos a serem contratados por meio do certame conduzido pela SEPLAG.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA-GERAL**

12. Nos termos da Decisão nº 4.302/2017, o Plenário atendeu ao pedido de vista formulado pelo MPC, com intuito de ofertar contribuições ao debate.

13. De fato, como bem levantado pelo i. Conselheiro Renato Rainha, no que foi acompanhado pelos demais Conselheiros presentes e por esta representante Ministerial, o tema merece reflexão, não obstante a Corte tenha se debruçado sobre a temática e proferido a Decisão nº 527/2017, deixando de expedir orientações acerca dos dispositivos em voga em razão de a matéria encontrar-se regulamentada no âmbito do Decreto distrital nº 26.851/2006 e guardar “consonância com entendimento adotado por esta Corte de Contas nas Decisões nºs 2.352/2011 (Processo nº 8.700/2006), 2.616/2012 (Processo nº 10.809/2009) e 5.862/2014 (Processo nº 28.734/2012), com a jurisprudência sedimentada no TCU, bem como com a corrente majoritária da doutrina, e em face de tramitar no Congresso Nacional o Projeto de Lei do Senado nº 559/2013, buscando consolidar e normatizar o novo Estatuto de Licitações e Contratações Públicas do Brasil”.

14. Transcrevo, pela relevância, algumas ementas de acórdãos do STJ dando conta da jurisprudência sobre o tema em debate:

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DE PARTICIPAR DE LICITAÇÃO E IMPEDIMENTO DE CONTRATAR. ALCANCE DA PENALIDADE. TODA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.

1. Conforme estabelecido pelo Plenário do STJ, "aos recursos interpostos com fundamento no CPC/1973 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016) devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas até então pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça" (Enunciado Administrativo n. 2).

2. De acordo com a jurisprudência do STJ, a penalidade prevista no art. 87, III, da Lei n. 8.666/1993 não produz efeitos apenas em relação ao ente federativo sancionador, mas alcança toda a Administração Pública (MS 19.657/DF, rel. Ministra ELIANA CALMON, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 14/08/2013, DJe 23/08/2013).

3. Agravo desprovido. (AgInt no REsp 138.2362/PR, Rel. Ministro GURGEL DE FARIA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 07/03/2017, DJe 31/03/2017)

MANDADO DE SEGURANÇA. PENALIDADE APLICADA COM BASE NA LEI 8.666/93. DIVULGAÇÃO NO PORTAL DA TRANSPARÊNCIA GERENCIADO PELA CGU. DECADÊNCIA. LEGITIMIDADE PASSIVA. LEI EM TESE E/OU ATO CONCRETO. DANO INEXISTENTE.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA-GERAL**

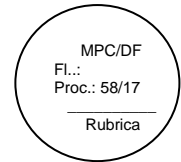
1. O prazo decadencial conta-se a partir da data da ciência do ato impugnado, cabendo ao impetrado a responsabilidade processual de demonstrar a intempestividade.
2. A Controladoria Geral da União é parte legítima para figurar em mandado de segurança objetivando atacar a inclusão do nome da empresa no PORTAL DA TRANSPARÊNCIA, por ela administrado.
3. O writ impugna ato concreto, oriundo do Ministro dirigente da CGU, inexistindo violação de lei em tese.
4. Nos termos da jurisprudência desta Corte, a penalidade prevista no art. 87, III, da Lei 8.666/93, suspendendo temporariamente os direitos da empresa em participar de licitações e contratar com a administração é de âmbito nacional.
5. Segurança denegada. (MS 19.657/DF, Rel. Ministra ELIANA CALMON, PRIMEIRA TURMA, julgado em 14/08/2013, DJe 23/08/2013)

ADMINISTRATIVO. SUSPENSÃO DE PARTICIPAÇÃO EM LICITAÇÕES. MANDADO DE SEGURANÇA. ENTES OU ÓRGÃOS DIVERSOS. EXTENSÃO DA PUNIÇÃO PARA TODA A ADMINISTRAÇÃO.

1. A punição prevista no inciso III do artigo 87 da Lei nº 8.666/93 não produz efeitos somente em relação ao órgão ou ente federado que determinou a punição, mas a toda a Administração Pública, pois, caso contrário, permitir-se-ia que empresa suspensa contratasse novamente durante o período de suspensão, tirando desta a eficácia necessária.
2. Recurso especial provido. (MS REsp 174274/SP, Rel. Ministro CASTRO MEIRA, SEGUNDA TURMA, **julgado em 19/10/2004, DJ 22/11/2004**, p. 294)

“ADMINISTRATIVO – MANDADO DE SEGURANÇA – LICITAÇÃO – SUSPENSÃO TEMPORÁRIA – DISTINÇÃO ENTRE ADMINISTRAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - INEXISTÊNCIA – IMPOSSIBILIDADE DE PARTICIPAÇÃO DE LICITAÇÃO PÚBLICA – LEGALIDADE – LEI 8.666/93, ART. 87, INC. III.

- É irrelevante a distinção entre os termos Administração Pública e Administração, por isso que ambas as figuras (suspensão temporária de participar em licitação (inc. III) e declaração de inidoneidade (inc. IV) acarretam ao licitante a não-participação em licitações e contratações futuras.
- A Administração Pública é uma, sendo descentralizadas as suas funções, para melhor atender ao bem comum.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA-GERAL**

- A limitação dos efeitos da “suspensão de participação de licitação” não pode ficar restrita a um órgão do poder público, pois os efeitos do desvio de conduta que inabilita o sujeito para contratar com a Administração se estendem a qualquer órgão da Administração Pública.
- Recurso especial não conhecido.” (REsp 151.567/RJ, Rel. Ministro FRANCISCO PEÇANHA MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em **25/02/2003, DJ 14/04/2003**, p. 208)

RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA. ADMINISTRATIVO. LICITAÇÃO. SANÇÃO IMPOSTA A PARTICULAR. INIDONEIDADE. SUSPENSÃO A TODOS OS CERTAMES DE LICITAÇÃO PROMOVIDOS PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA QUE É UNA. LEGALIDADE. ART. 87, INC. II, DA LEI 8.666/93. RECURSO IMPROVIDO.

I - A Administração Pública é una, sendo, apenas, descentralizada o exercício de suas funções.

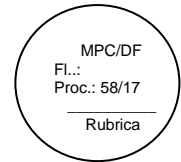
II - A Recorrente não pode participar de licitação promovida pela Administração Pública, enquanto persistir a sanção executiva, em virtude de atos ilícitos por ela praticados (art. 88, inc. III, da Lei n.º 8.666/93). Exige-se, para a habilitação, a idoneidade, ou seja, a capacidade plena da concorrente de se responsabilizar pelos seus atos.

III - Não há direito líquido e certo da Recorrente, porquanto o ato impetrado é perfeitamente legal.

IV - Recurso improvido. (RMS 9707/PR, Relatora Ministra LAURITA VAZ, SEGUNDA TURMA, **julgado em 04/09/2001, DJ 20/05/2002**, p. 115)

15. De notar, pois, que a jurisprudência do STJ, de longa data, é firme e remansosa no sentido de que as sanções previstas nos incisos III e IV do art. 87 da Lei nº 8.666/93 abrangem as esferas federal, estadual, distrital e municipal. Significa dizer que, se uma determinada empresa for declarada inidônea ou for suspensa temporariamente de participar de licitação ou impedida de contratar com algum órgão/entidade de qualquer ente federativo, ela também estará para os demais entes.

16. Isso porque os desvios de conduta capazes de inabilitar uma empresa, seja para licitar ou para contratar, para um ente, no mínimo, devem ser examinados por outro órgão/ente que deseja contratar por meio de licitação, como forma de amenizar seus riscos, no caso em exame, na implantação do novo sistema de gestão de recursos humanos, sob pena de arcar com vultosos prejuízos operacionais e financeiros. De lembrar que o valor estimado para a contratação é da ordem de 45, 5 milhões de reais.



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA-GERAL

17. Repise-se que a representante, em razão da deficiente execução contratual, foi apenada na esfera federal e agora, antes de expirar prazo da sanção, deseja participar de licitação no Distrito Federal. Os riscos envolvidos demandam cautela por parte Administração.

18. Observe-se que, como bem destacado pela Unidade Técnica, *“as irregularidades que ensejaram a aplicação da sanção pelo ente federal, tais como: atrasos na implantação da solução, descumprimento dos níveis mínimos estabelecidos, e, principalmente, o não atendimento de requisitos funcionais, são afetas aos macroprocessos relacionados a área de recursos humanos a serem contratados por meio do certame conduzido pela SEPLAG”*.

19. Essa é a motivação para considerar improcedente a representação em exame. As irregularidades ensejadoras da sanção imposta pelo BNDES *“são afetas aos macroprocessos relacionados a área de recursos humanos a serem contratados por meio do certame conduzido pela SEPLAG”*, ou seja, as irregularidades verificadas na esfera federal guardam pertinência com a contratação em exame, conforme atestado pelo NFTI.

20. Vale registrar, ademais, que a Lei nº 12.462/11, que instituiu o Regime Diferenciado de Contratações Públicas – RDC, a par de agravar a penalidade imposta nos casos de impedimentos de licitar e contratar, inclusive à licitante que der causa à inexecução total ou parcial do contrato, aumentou a pena de até 2 anos para até 5 anos, abarcou todos os entes federativos, a teor do art. 47:

Art. 47. Ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no instrumento convocatório e no contrato, bem como das demais cominações legais, o licitante que:

I - convocado dentro do prazo de validade da sua proposta não celebrar o contrato, inclusive nas hipóteses previstas no parágrafo único do art. 40 e no art. 41 desta Lei;

II - deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou apresentar documento falso;

III - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

IV - não mantiver a proposta, salvo se em decorrência de fato superveniente, devidamente justificado;

V - fraudar a licitação ou praticar atos fraudulentos na execução do contrato;

VI - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal; ou

VII - der causa à inexecução total ou parcial do contrato.



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA-GERAL

21. Nesse contexto, considerando que as irregularidades ensejadoras da sanção aplicada no âmbito federal guardam pertinência com o objeto da contratação em exame e, ainda, a remansosa jurisprudência do STJ, reafirmada em recente decisão, o Ministério Público de Contas opina pela improcedência da representação, acolhendo as sugestões da Unidade Técnica.

É o parecer.

Brasília, 12 de setembro de 2017.

CLÁUDIA FERNANDA DE OLIVEIRA PEREIRA
Procuradora-Geral